

Racismo estrutural no Brasil

» ROBERTO RODRIGUES
Jornalista e psicanalista

O racismo causa dor psíquica, portanto, quando o negro vai ao consultório de um psicanalista negro, sente-se reconhecido, tratado como igual. O que a psicanálise faz, e pode fazer quanto a esse problema? Se o racismo é uma questão social, como a gente faz quando ele manifesta-se nos consultórios, por intermédio dos discursos dos analisados? É preciso ouvir o que está além dos ruídos sociais.

Há pouco tempo no Brasil, não se falava quase nada sobre o tema. E os poucos negros nos consultórios ajudaram a acender a luz no painel de dificuldades em que a psicanálise buscou compreender e enfrentar com atenção cada caso. O sujeito negro pergunta-se: “Se não existe racismo, por que tanta dificuldade de emprego, estudo, tratamento respeitoso em locais públicos e privados? Por que sempre o olhar da desconfiança que sofro? Em que país eu vivo?”

Relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre Afrodescendentes e o racismo no Brasil demonstrou preocupação com o racismo “estrutural e institucional” existente no país. O organismo enfatizou que a discriminação contra negros precisa ser combatida com mais medidas; mas reconheceu avanços do Brasil, como a criação das cotas e a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) pela constitucionalidade do sistema; outro destaque foi a criação da lei que prevê a inclusão obrigatória da história e cultura afro-brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio.

A Organização das Nações Unidas (ONU) diz que a polícia precisa de treinamento e sensibilização para mudar a cultura de violência. Essa constatação é dos peritos da ONU que visitaram várias regiões do Brasil. De posse desses dados que a nação brasileira tem consciência, os candidatos negros nas eleições de 2022 poderiam ter elaborado propostas de políticas para este segmento social, em detrimento das cansativas acusações a que estamos assistindo.

Trago, aqui, interação pelo Facebook com o advogado e professor de direitos humanos Renato Ferreira, tendo em referência protestos contra o racismo nos Estados Unidos. Reproduzo-a abaixo: Renato Ferreira: “Por que os negros brasileiros não se revoltam como os norte-americanos?”. Roberto Rodrigues: “Meu amigo, o negro brasileiro é um negro único no mundo porque não se vê como um povo. Não foi educado para se ver como um povo. O negro brasileiro foi programado para sequer se ver como negro. O negro brasileiro foi educado para cair no conto do vigário, na versão criada pela elite de que somos “um povo feito por muitos povos”.

A lei que aumenta a pena para crime de injúria racial foi sancionada pelo presidente em 12 de janeiro do ano passado. Com essa norma, esse tipo de atitude pode ser punida, com reclusão entre 2 a 5 anos e a punição poderá ser dobrada, em caso de reincidência, por duas ou mais pessoas. Antes, a punição era de 1 a 3 anos. A nova medida se alinha ao entendimento do STF que, em outubro do ano passado, equiparou a injúria racial ao racismo. Portanto, a injúria racial tornou-se assim crime inafiançável e imprescritível. A nova lei atualiza o agravante (reclusão de 2 a 5 anos e multa), quando o ato é cometido pelos meios de comunicação social ou



publicação de qualquer natureza, incluindo também os casos de postagem em redes sociais ou na internet.

Havia me prometido não falar mais em discriminação racial, porém não posso me calar diante dos fatos diários, pois falam mais alto que as palavras e me obrigam a descumprir a promessa. A matéria do UOL sobre o servidor público federal negro em Cuiabá que comprou um sapato, pagou com dinheiro e logo depois foi acusado pelos seguranças da loja de tê-lo roubado me deu comigo. Essa é uma realidade presente em nosso cotidiano.

Vamos aos fatos: eu na fila do caixa de um supermercado aqui no Sudoeste, bairro nobre de Brasília, fui surpreendido, quando

um funcionário anunciou que um automóvel, marca Fox, estacionado do pátio, estava com os vidros abertos. Ele perguntou a cada uma das pessoas que esperavam na fila do caixa quem era o proprietário do dito automóvel? Embora eu estivesse também na fila não fui consultado. Pulou para o cliente que estava depois de mim, sem sequer me observar. Outro episódio: fui ao lançamento do livro de um colega de trabalho no Restaurante Carpe Diem. No evento, os garçons serviram a todos os convidados, exceto eu e um amigo, o professor Henrique Silva. Ao sair perguntei ao chefe deles: por que justamente na mesa em que estavam os únicos convidados negros, os garçons nem sequer chegaram perto? Deixo em aberto para reflexão.

Exercer a cidadania, hoje e sempre

» CELSO LUIZ TRACCO
Economista, teólogo, escritor

A desigualdade tem sido uma característica arraigada em nossa sociedade por séculos, principalmente para aqueles que residem em grandes cidades brasileiras, basta sair às ruas para deparar-se com manifestações visíveis dessa disparidade social. Crianças se expondo nos cruzamentos em busca de algumas moedas, pessoas segurando cartazes de papelão em busca de emprego para sustentar suas famílias, e supostas mães com supostos filhos pedindo esmolas são apenas algumas das muitas expressões da pobreza que, infelizmente, afetam milhões de pessoas.

Além dessas formas mais óbvias de desigualdade, há também questões mais graves que pesam em nossa consciência: dependência química, refugiados de outros países e moradores de rua que diariamente nos confrontam com a realidade de que algo está profundamente errado em nossos esforços para combater a desigualdade social.

É evidente que essa situação social, cada vez mais preocupante, só tende a piorar. Os governos no Brasil, seja em nível municipal,

estadual, seja federal, demonstram-se absolutamente despreparados e ineficazes para lidar com essas questões. Em geral, medidas paliativas e caras são anunciadas, especialmente em anos eleitorais, apenas para serem rapidamente esquecidas. Infelizmente, sem uma ação decisiva da sociedade, nada mudará. Como bem afirmou André Franco Montoro, ex-governador do estado de São Paulo, ninguém vive na União ou no Estado. Nosso lugar é em um município.

Aqui, surge a pergunta: qual é a minha contribuição dentro do meu município? Para aqueles que veem as situações de crise como oportunidades para obter lucro, sempre há maneiras de explorar monetariamente o sofrimento alheio. Por exemplo, um fabricante de produtos de higiene pode aumentar os preços após uma enchente. Ou os comerciantes podem elevar os preços da água engarrafada, alimentos, roupas, entre outros. Todas as crises geram uma série de oportunidades, inclusive as financeiras. Estão esses indivíduos atentos apenas aos seus próprios interesses, sem se importar com aqueles que estão em necessidade?

Outra postura possível é a indiferença. Afinal, o problema não nos diz respeito. Pagamos nossos impostos religiosamente, trabalhamos duro para conquistar o que temos, somos éticos, honestos e sentimos que nossa consciência está limpa. “Cada um cuide do que é seu. Isso é problema do governo”, dizem alguns.

No entanto, cada vez mais pessoas estão engajadas em agir voluntariamente para, pelo menos, amenizar o sofrimento daqueles que estão em necessidade. Esses cidadãos e cidadãs preocupam-se com o bem-estar dos outros e têm compaixão. Eles compartilham o que podem, tanto com bens quanto com tempo, para aliviar o sofrimento alheio.

Devemos sempre agir com empatia em relação aos mais necessitados, mas também devemos cobrar constantemente nossos governantes, pois eles são servidores públicos eleitos democraticamente para representar a sociedade por um período determinado. Uma sociedade mais justa, igualitária e solidária dependerá, em última análise, das nossas ações.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

A fuga dos cérebros

Com o fim do Imposto estadual sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), conforme proposta recentemente trazida e aprovada pela Reforma Tributária ou Arcação Fiscal, alguns reveses ou ajustes começam a surgir em diferentes partes do país.

No caso de São Paulo, maior locomotiva econômica do país, essa nova situação terá que ser feita com muita cautela e estudos. Um desses casos que merece maiores precauções diz respeito à remuneração dos docentes das universidades públicas daquele estado e que muito se assemelha a outras unidades da Federação. O salário dos professores universitários, em grande parte, tem como uma das fontes de receita, a cota fixa de quase 10% da arrecadação local do ICMS.

Embora muitas universidades gozem de autonomia financeira, é desse e de outros mecanismos que conseguem pagar a folha salarial de seus professores. No caso específico de Brasília, o funcionamento da UnB, um complexo de instituições e centros acadêmicos, tão ou mais difíceis de gerir do que uma cidade de médio porte, sua fonte de financiamento está prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA), que define o montante a ser direcionado à universidade. Esse valor gira em torno de R\$ 1,8 bilhão, sendo 85% destinados a despesas obrigatórias, como o salário de pessoal, os outros 15% vão para custeio e demais investimentos.

Com os cortes propostos pelo governo atual para a educação, esses valores foram alterados para baixo. Mas a questão que importa, além dos muitos problemas enfrentados hoje pelas universidades públicas, diz respeito à remuneração dos professores e pesquisadores. Com o fim do ICMS, essa questão ganhará ainda mais elementos de preocupação. É sabido, e isso não é segredo para ninguém, que a remuneração dos professores sempre foi um problema central dessa profissão.

Não é por outra razão que, a cada ano, as escolas e universidades em todo o país vêm perdendo profissionais descontentes com os salários. Por outro lado, o incremento, cada vez maior, dos centros de pesquisa e de laboratórios de tecnologia privados acaba atraindo os melhores cérebros dessas instituições de ensino, pagando melhores salários e ofertando melhores condições de trabalho. Esse fenômeno ocorre principalmente nos países desenvolvidos, que passam a atrair mão de obra especializadíssima para seus centros de pesquisa. A fuga de cérebros para esses centros, prejudica muito a continuidade e a qualidade de nossas universidades e instituições de ensino. Basta dizer que a formação desses professores e pesquisadores requer muitos anos de estudo e grandes investimentos, a maioria feita com recursos públicos.

Para um país como nosso, onde a qualidade de ensino tem ficado muito aquém das nações do primeiro mundo, esses desfalques acarretam anos de atraso em desenvolvimento científico e uma quantidade incalculável de prejuízos econômicos de longo prazo. Basta dizer que pesquisadores brasileiros do programa de doutorado sanduíche da Capes, órgão ligado ao MEC, dizem recorrer à venda de plasma, racionamento de comida e doações para conseguir se manter no exterior, conforme divulgado, dia 6 último, nas páginas do caderno educação Uol. Problema dessa natureza e que diz muito do que somos hoje poderia, em parte, ser remediado com a adoção de um novo modelo salarial para o funcionalismo público.

No novo modelo, a remuneração dos professores universitários, em fim de carreira e com dedicação total, bem como os pesquisadores de ponta, seria tomada como o teto salarial para o Brasil. Com isso ninguém, nem os ministros das altas cortes, ganhariam mais do que os professores e cientistas, invertendo a lógica danosa que hoje está vigente em nosso país.

Como justificativa desse novo modelo, basta lembrar que todos aqueles que se enquadram dentro da elite do serviço público, estão nessa posição graças aos esforços e trabalho persistentes de seus professores, do básico à universidade.

» A frase que foi pronunciada:

“Temos um sistema que tributa cada vez mais o trabalho e subsidia o não trabalho.”

Milton Friedman

Reconhecimento

» Apesar do desprezo da sociedade para quem cuida de limpar as cidades do Brasil, catadores que reciclam mais de 60% do plástico descartado buscam uma conversa com o presidente Lula. Há esperança. É hora de dar medalhas para esse pessoal.

Classe

» Com o advento da internet, não teremos, em 60 anos, papéis e fotos para ler sobre a história do país. Soube que Maria Ester Bueno teve outra sorte. Está lá. Registrado na famosa *Enciclopédia Britânica* a biografia e os detalhes de quando venceu nas quadras inglesas.

» História de Brasília

No próximo 21 de abril, será instalado o primeiro telefone no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA). Notícia em primeira mão para uma área vasta com grande necessidade de comunicação. (Publicada em 1º/4/1962)